

22 FEV 1988

Auc p 7

ADUBOS TREVO GRUPO LUXMA

CONSTITUINTE

Lideranças acreditam que acordo sobre estabilidade está próximo

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

A futura Constituição deverá ter um texto sobre estabilidade, fruto de um acordo entre os constituintes. Na sexta-feira surgiram os sinais mais concretos dessa possibilidade, que há semanas vem sendo negociada.

"Estamos na fase de ensaiar a redação do texto", afirmou o deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB/MG), do "Centrão", que participou de uma reunião na qual compareceram líderes partidários e de grupos suprapartidários. "Pode ser que tudo mude, mas nunca estivevamos tão perto de um acordo como agora", disse o deputado Antônio Brito (PMDB/RS).

Os negociadores utilizaram como texto-base a emenda do deputado Ronaldo Cezar Coelho (PMDB/RJ), que prevê que a relação no emprego será protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa a ser definida em lei complementar que assegurará indenização compensatória, sem prejuízo de outros benefícios.

A redação desse texto deverá ser modificada pelo menos em dois pontos, afirmou Antônio Brito. Em vez de "relação de trabalho protegida", se utilizaria a palavra "garantida" e a palavra "benefícios" seria substituída por "direitos". A alteração da redação pode ser feita através da fusão de emendas, que sobre estabilidade somam quarenta.

No momento, a preocupação central dos constituintes não é propriamente com o texto, mas sim com o conceito que ele transmitirá. Porém, já é quase certo que as maiores resistências tanto no PMDB quanto no "Centrão" foram diminuídas. Ao admitir apoiar

Ausentes podem ser punidos

"Não posso. Não tenho forças pessoais e regimentais para desconvocá-la." Com esses argumentos o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães (PMDB-SP) manteve a convocação da Constituinte para este final de semana, em sessões com início às nove horas.

Pouco antes, Ulysses Guimarães havia constatado a falta de quórum para deliberações em plenário. Apenas 262 constituintes estiveram presentes na sessão de sexta-feira. Embora sem atingir o número necessário para o início do processo de votação, que é de 280, o comparecimento dos constituintes foi mais expressivo que na quinta-feira, quando estiveram em sessão 232 parlamentares.

A manutenção da convocação foi a forma encontrada por Guimarães de forçar o comparecimento às sessões e apressar o término dos trabalhos da Constituinte. Porém já existem propostas no sentido de punir o constituinte ausente.

O deputado Maurício Fruet (PMDB-PR) pretende apresentar nesta segunda-feira ao presidente da Assembleia Constituinte um projeto de resolução estabelecendo sanções aos constituintes que deixarem de comparecer às votações.

Segundo o projeto de Fruet, o constituinte seria enquadrado no dispositivo que trata do decoro parlamentar. Ele prevê que o parlamentar receba uma moção de censura e, no caso de

reincidência, tenha o seu mandato suspenso, assumindo em seu lugar o primeiro suplente. Na terceira reincidência, cassação do mandato.

Esse é o segundo projeto de resolução que Fruet apresenta. O primeiro, contudo, não foi avante por esbarrar no atual dispositivo constitucional, que prevê a perda de mandato para o parlamentar que deixar de comparecer a 1/3 das sessões. Fruet foi aconselhado pelo deputado Ulysses Guimarães a promover uma nova minuta do projeto de resolução por entender que o primeiro demoraria muito tempo para ser aprovado.

A saída encontrada pelo constituinte paranaense foi a de se socorrer dos regimentos da Câmara, Senado e Comum (Câmara e Senado), já que esses regimentos são utilizados quando o regimento interno da Constituinte é declarado omissivo.

Os constituintes Paulo Ramos (PMDB-RJ) e Paulo Delgado (PT-MG) também apresentaram à mesa da Assembleia Constituinte projetos de resolução estabelecendo sanções aos parlamentares que deixarem de comparecer às votações. Delgado justifica a sua iniciativa lembrando que qualquer trabalhador brasileiro que faltar ao seu trabalho sem justificativa é punido com perda de salário e até emprego. "O parlamentar", concluiu Delgado, "não pode ter um comportamento privilegiado comparativamente ao que se exige daquele trabalhador que o elegeu".

um texto que prevê a indenização como uma das garantias do trabalhador contra a despedida imotivada, a liderança do PMDB cede em um ponto antes considerado quase intransponível por considerar a indenização por si só uma concessão muito pequena e falsa aos trabalhadores. O PMDB defendia que a forma de proteção fosse totalmente definida em legislação complementar.

Já o "Centrão" abre mão da expressão "mediante indenização" o que, em outros termos, significa que o

empregador poderia dispensar o empregado desde que pagasse uma indenização. O termo "mediante" engessa, impossibilita qualquer outro tipo de garantia ao empregado, disse o deputado Nelson Jobim (PMDB/RS).

"O 'Centrão' já sabe que não haverá entendimento se insistir em colocar o termo 'mediante', disse o deputado Antônio Brito.

"Nós vamos buscar uma forma conciliatória entre as teses da indissolubilidade do vínculo empregatício, que não aceitamos, e aquela que dificulta ao máximo as demissões imotivadas", disse o deputado José Geraldo.

Ele ainda considera difícil que os partidos de esquerda e os constituintes mais à esquerda do PMDB

aceitem a palavra "indenização" no texto e também admite resistência de membros do grupo conservador em retirar a expressão "mediante" da redação.

Os entendimentos da sexta-feira foram facilitados pelo presidente da Assembleia Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Antes da reunião, Guimarães se encontrou com constituintes e lembrou a eles da importância política e técnica de se votar em consenso a estabilidade. Política, porque o texto, segundo ele, não deve ser fruto de um confronto, surgido de maioria ocasional, e técnica, porque, na sua opinião, votada a estabilidade, estaria desfeito o grande "nó" da Constituinte.

MANDATO

Quércia apóia documento de Almino pelos 4 anos

por Adriana Vera e Silva de São Paulo

O governador de São Paulo, Orestes Quércia, classificou como "muito importante" o documento que será lançado na segunda-feira por seu vice, Almino Affonso, defendendo o mandato de quatro anos para o presidente José Sarney. Apesar dessa declaração e de ter defendido a duração de quatro anos, com possibilidade de reeleição, para os mandatos dos futuros presidentes da República, o governador continuou dizendo que não vai interferir na decisão da Constituinte sobre o mandato de Sarney e procurou acalmar os ânimos em relação aos conflitos causados pelas declarações do deputado Ulysses Guimarães.

Para Quércia, "não houve clima de tensão nem problema nenhum" no pronunciamento de Ulysses, que chamou os três ministros militares que promulgaram a Constituição de 1969 de "Três Patetas" depois de uma reunião com o governador paulista na quarta-feira. "Isso foi uma forma de dizer do doutor Ulysses, que evidentemente não deve ter agradado aos ministros militares, mas não significa dizer que ele tem qualquer restrição

contra os militares. Eu acho que isso é um episódio passageiro", declarou.

Um dia depois de ter recebido o presidente do PMDB e da Constituinte em São Paulo, Quércia reuniu-se com os deputados federais paulistas em Brasília e pronunciou-se favorável ao mandato de quatro anos com possibilidade de reeleição para os futuros presidentes da República. Esse foi um primeiro aceno indicando que o governador está prestes a defender os quatro anos também para o presidente Sarney. Pode ser esse o assunto do jantar que Quércia oferece na segunda-feira para seu colega de Minas Gerais, Newton Cardoso.

Na sexta-feira, ele disse que sua tese de quatro anos com reeleição não é nova. Mas deixou claro que o mandato de Sarney "é outra questão que a Constituinte deve decidir".

O governador ressaltou que "o presidente Sarney é meu amigo, que eu respeito muito". Quando questionado sobre a possibilidade de seu governo sofrer retaliações do Planalto, caso passe a defender os quatro anos, Quércia respondeu que não está apoiando os cinco anos "e não há retaliação nenhuma contra mim".

POLÊMICAS

Ministros acreditam em campanha orquestrada contra o governo Sarney

por Edson Beú de Brasília



Antônio Carlos Magalhães

Os ministros Antônio Carlos Magalhães (Comunicações) e Jader Barbalho (Reforma e Desenvolvimento Agrário) saíram do Palácio da Alvorada, onde o presidente despachou na tarde de sexta-feira, convencidos de que há "uma campanha orquestrada contra o governo". Pouco mais tarde, no Palácio do Planalto, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, endossando a mesma opinião, notava "um espírito desvairado" nesse sentido. "Há uma desordem social que me impressiona profundamente", acentuou.

Brossard considerou "um fogo de artifício" a atitude do governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo, de interpelar o general Ivan de Souza Mendes, chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI). Disse que ao conversar com o ministro do SNI, na quinta-feira, dia do episódio, confirmou o que já imaginava: "Era tudo fantasia", disse ele, referindo-se ao relatório mencionado pelo Jornal do Brasil, cuja autoria foi atribuída ao SNI, no qual acusava Collor de corrupção.

O ministro Antônio Carlos Magalhães não identificou os "pregoeiros de desgraças", mas criticou a conduta do deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, afirmando: "O doutor Ulysses está conduzindo para ele e não para o País a Constituição". Magalhães acha que

a pressa manifestada pelo deputado em ultimar a Constituição comprometerá a perfeição da carta. Ele condenou também as declarações de Ulysses, que comparou os ministros da Junta Militar de 1969 a "três patetas". O ministro acha que Ulysses fez "um ataque desnecessário e genérico" às Forças Armadas. Apesar da "campanha orquestrada" contra o governo, o titular das comunicações não vê perigo de um golpe militar, "primeiro porque não há clima, segundo porque os militares não gostam de dar golpes".

O ministro Jader Barbalho acha que "estão querendo levar o País para um impasse". Ele vê inimigos do governo na Constituinte, na imprensa e na sociedade em geral, todos com o objetivo mais imediato de "bombardear a tese dos cinco anos" para o mandato de Sarney.

Ulysses responde à carta do ministro do Exército

por Cecília Pires de Brasília

Com elegância, mas com altivez, o deputado Ulysses Guimarães respondeu à nota do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, criticando-o por ter chamado a Junta Militar que outorgou a Carta de 1969 de "Os Três Patetas". Invocando sua própria autoridade para ter dito o que disse, Ulysses também deixou claro que se referia ao passado e não aos atuais chefes militares.

"Acho que é o direito do ministro Leônidas fazer a nota que fez. Isso não atinge o nosso relacionamento pessoal, que é muito bom. O registro que faço é que as Forças Armadas, inclusive o Exército, sob o comando de seus ministros, têm tido uma atuação de sustentação da democracia e da transição a mais louvável possível. Isso não atingiu em nada o registro que faço, com a responsabilidade que tenho de presidente da Constituinte, do PMDB e vice-presidente da República", disse Ulysses, na sexta-feira, pouco antes de presidir a sessão da Constituinte.

Ulysses fez questão de nada retirar de suas declarações. "O que eu não quero falar, entenda que não quero falar, falei. Não gosto de olhar para o passado, a não ser para os bons exemplos que devam ser seguidos." Assumiu, ainda, a crítica de Leônidas, segundo afirmou, "com tranquilidade. Quem critica deve estar preparado para ser criticado. Quem entra na chuva é para se molhar".

Um dos líderes do grupo "Histórico" do PMDB viu nessa atitude de Ulysses o primeiro passo de sua campanha à Presidência da República e o sinal mais visível de que ele se prepara para anunciar seu engajamento na campanha pelas eleições presidenciais neste ano, defendendo um mandato de quatro anos

para Sarney. Tanto que, como lembra o mesmo líder, Ulysses fez essas declarações no Palácio dos Bandeirantes, na semana passada, pouco depois do encontro mantido com o governador de São Paulo, Orestes Quércia, considerado seu mais forte concorrente ao Palácio do Planalto.

O senador José Richa (PMDB-PR) não acredita que a atitude de Ulysses signifique seu lançamento a candidatura pela Presidência. O que o preocupa, segundo confessou na sexta-feira, "é esta troca de farpas, esta situação que não pode continuar. Todo mundo fica esperando o próximo 'Conversa ao Pé do Rádio', disse, referindo-se ao programa semanal do presidente Sarney em cadeia nacional de rádio.

Richa não poupou Sarney. "Não é possível que o presidente da República se equipare ao pessoal mais radical de um segmento ou de outro. Este País está sem árbitro e o jogo está ficando cada vez mais difícil. E preciso haver algum entendimento. E preciso que as pessoas que detêm parcelas de maior responsabilidade voltem a conversar."

Richa defendeu Ulysses. "É dever do deputado Ulysses Guimarães fazer a defesa da Constituinte", mas também não o poupou por não ter mandado publicar o edital de convocação da reunião do Diretório, evitando que o partido discutisse seus problemas internos. Agora, segundo Richa, não há mais tempo hábil para que essa reunião seja realizada no próximo dia 24, conforme programado.

"Claro que para Ulysses a reunião não é boa, mas nós o advertimos de que ele precisava tomar uma decisão. Quando a decisão não é tomada na hora certa, não existe mais uma solução boa." Richa garantiu: os grupos "Históricos" vão continuar exigindo a reunião.

CUT lança cartaz contra os gaúchos do "Centrão"

por Flávio Porcello de Porto Alegre

A Central Unica dos Trabalhadores (CUT), apoiada pelo movimento gaúcho pela Constituinte, entidades sindicais e grupos políticos, lançou na sexta-feira, em Porto Alegre, a campanha contra os constituintes identificados com o "Centrão".

São 40 mil cartazes com foto, nome e partido (o número do telefone particular dos parlamentares foi omitido) de doze constituintes que, conforme Gilmar Pedruzi, presidente estadual da CUT, "atuam contra os interesses do povo".

A lista inclui onze deputados federais (Adilson Mota, Darcy Pozza, Victor Faccioni, Oswaldo Bender e Telmo Kist, do PDS; Luís Roberto Andrade Ponte, Hilário Braun e Paulo Mincaroni, do PMDB; João de Deus Antunes, expulso do PDT e agora no PTB; Arnaldo Prieto, e Erico Pegoraro, do PFL) e mais o senador Carlos Alberto Chiarelli, líder do PFL no Sena-

do. O senador não é do "Centrão" e chegou a conversar com líderes nacionais da CUT e do PT sobre a inclusão de seu nome. Mas o presidente regional da CUT justificou a citação de Chiarelli nos cartazes: "Ele pode não ser do 'Centrão' mas vota sempre contra o povo".

SÃO PAULO

Com base em liminar concedida na última sexta-feira pelo juiz Vidal Antunes Souza, da 11ª Vara de Justiça Federal, os dirigentes sindicais da CUT — acusados de serem responsáveis pelos cartazes contra o "Centrão", distribuídos em São Paulo, irão nesta segunda-feira prestar apenas declarações à Polícia Federal. Acusados de "constrangimento ilegal", três sindicalistas seriam iniciados em inquérito: Jorge Coelho, presidente da CUT estadual, Adauto Bentivegna, presidente do Sindicato dos Bancários e Vicente Paulo da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo.